

Governo quer atenuar recessão

Economia Brasil
por Vera Saavedra Durão
do Rio

O governo começa a examinar um arsenal de medidas denominadas "anticíclicas", para serem detonadas a partir de janeiro, visando amenizar o custo social da dura recessão a ser enfrentada pelo País no primeiro semestre do próximo ano, anunciou sexta-feira, no Rio, o secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antonio Andrade Gonçalves, ao ser empossado presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Aliada a sua estratégia de curto prazo, traçada na carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI), onde seus trunfos de êxito do programa ortodoxo de combate à inflação são, no plano interno o ajuste fiscal e, no plano externo, o acordo com o fundo e a renegociação da dívida visando ao retorno de capitais externos para investimentos, Gonçalves adiantou estar o governo elaborando as medidas para reduzir o desemprego, através do aumento das exportações e do uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) "não apenas sob o ponto de vista assistencialista", mas para gerar incentivos a segmentos industriais criadores de emprego. No âmbito

do desemprego, está sendo estudada a ampliação da abrangência do seguro-desemprego e sua desburocratização.

O restabelecimento da capacidade de investir das empresas estatais será outro instrumento "anticíclico" a ser acionado pela equipe econômica, revelou o secretário executivo do Ministério da Economia. Isso será obtido pela manutenção de uma política rigida de não acumular diferença tarifária no setor público para não inibir os investimentos no setor estatal. Na área agrícola o governo conta com algumas perspectivas favoráveis de que a boa safra melhore a renda no campo, considerou Gonçalves.

O mecanismo a ser usado para aumentar as exportações, em alinhavo nos gabinetes oficiais, se fará através de transferência de recursos destinados à área agrícola para o setor exportador em épocas, como a prevista para o primeiro trimestre, em que a demanda por recursos na agricultura esfria. "Vamos aproveitar esses hiatos sazonais e financiar os exportadores", disse o secretário-executivo do Ministério da Economia, destacando ainda que conta com a volta dos financiamentos do setor financeiro privado via Proex aos exportadores, na medida em que até

novembro o governo "zeiou" todos os atrasados acumulados do Proex.

Em relação ao FAT, Gonçalves explicou que poderá ser criado um "funding" — a partir dos 60% destinados ao seguro-desemprego que o Tesouro libera todo mês (os restantes 40% são do BNDES) — no Banco do Brasil, para aplicações alternativas no setor produtivo, preservado o mínimo de liquidez e rentabilidade do FAT. O governo ainda está levantando que setores industriais poderiam receber incentivos através deste "funding" do FAT.

Gonçalves não confirmou se a construção civil estaria entre eles, pois disse que a boa remuneração da poupança está beneficiando o setor.

O secretário-executivo do Ministério da Economia destacou ainda que o governo pretende tocar com bastante determinação as metas fixadas na carta ao FMI, inclusive as estruturais, que incluem a privatização, redução de alíquotas de importação e desregulamentação. Ele destacou o fato de que "a curto prazo não há como reverter as expectativas no tocante ao crescimento econômico. O PIB previsto para 92 é zero. Precisamos caminhar no sentido de um processo de crescimento sustentado", afirmou.